

OS ATORES SOCIAIS, OS PROCESSOS COMUNICACIONAIS E O RECONHECIMENTO DE PATRIMÔNIOS³⁸

Cristina Schmidt³⁹

RESUMO: Nesse artigo, a atenção está voltada aos atores e processos de comunicação em redes sociais para o reconhecimento de patrimônios culturais materiais e imateriais. Para isso, a folkcomunicação é suporte fundamental para entender como se localizam esses sujeitos nos processos comunicacionais nos grupos populares urbanos, à margem dos processos hegemônicos, a partir das redes sociais nas quais estão inseridos. Os atores sociais (artista, ONG, irmandade, grupo cultural) no contexto da expressão cultural a qual pertencem ou representam, vão elucidar os processos de comunicação utilizados e as ações derivam daí. Com isso, por meio de um diagnóstico teórico-empírico em uma via interdisciplinar com ênfase nos atores sociais, é possível refletir sobre mecanismos necessários para o reconhecimento cultural (ativismos, mediações, políticas públicas).

Palavras-chave: Atores Sociais, Patrimônio Cultural, Folkcomunicação, Redes Sociais, Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

O reconhecimento cultural para um posicionamento cidadão na sociedade leva necessariamente a uma busca de informação de si e do outro por meio de redes culturais que promovem processos comunicativos. Individualmente ou em grupo, o acesso à informação de qualidade tornou-se condicionante para se viver em sociedade. A comunicação, portanto, é indispensável para a dinâmica social em benefício de seus vínculos, suas produções e patrimônios. Os processos comunicacionais demonstram que a ampliação dos produtos e processos midiáticos, bem como a maneira com que repercutem os conteúdos, estão diretamente ligados às questões econômicas, políticas e, principalmente, às questões culturais – e de acordo com o contexto configuram os meios e as linguagens.(SCHMIDT, 2016)

Na atual conjuntura, com proposições de mundo cada vez mais globalizado, indica uma sociedade complexamente conectada por meio de redes sociais – vividas ou virtuais - que possibilitam a comunicação permanente, a troca de ideias, de valores, de interesses individuais ou grupais, em formatos e conteúdos que espelham as mais diferenciadas culturas com audiências diversas. Muitos agrupamentos sociais – antigos ou recentes - se reestruturam e se atualizam às linguagens e formas de conexões nas diferentes redes culturais. Um contexto

³⁸ Trabalho Apresentado no GT1 - Teorias da Folkcomunicação: Fundamentos e Metodologia, durante a XX Conferência Brasileira de Folkcomunicação, dias 29, 30 de junho/01 e 02 de julho de 2021 na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) em São Luís (MA).

³⁹ Doutora em Comunicação e Semiótica – PUC-S; Jornalista e Mestre em Comunicação, teoria e ensino - UESP-SP. Fez estágio pós-doutoral em Comunicação para o Desenvolvimento Regional pela Cátedra UNESCO/Umesp. Lattes: CV: <http://lattes.cnpq.br/3658556378253903>. E-mail: cris_schmidt@uol.com.br.

globalizado de informações rápidas e em grande quantidade possibilita a participação plural e tem possibilitado exposições singulares. (SCHMIDT, 2016)

Como muitos estudos já evidenciaram, as novas tecnologias ampliam as possibilidades de comunicação com o mundo, propõe conexões planetárias e aproximações de universos culturais antes inimagináveis. Um momento contemporâneo que articula as redes socioculturais na cibercultura. Esse movimento propõe uma configuração diferenciada de rede social nos processos culturais e ecoa com as redes comunicativas em diferentes mídias e com diferentes audiências.

Redes Sociais entendidas como a dimensão primária para a comunicação interpessoal e a composição de grupos ativos de audiência, ou seja, as redes sociais são conjuntos de ações múltiplas e simultâneas de comunicação que proporcionam a interação entre diferentes indivíduos, grupos e níveis nos processos culturais. Conferem aos indivíduos um poder de participação em redes comunicativas que vão do interpessoal ao empresarial, do pessoal ao comunitário e ao planetário através de recursos interativos próprios a cada cultura. As Redes se instituem a partir de interesses comuns que vão do econômico ao religioso, do afetivo ao artístico de seus agentes ativos, promotores e demais participantes. (SCHMIDT, 2016)

Essas experiências interativas em redes sociais são muito mais amplas que o espaço cibernético, elas ocorrem nas infinitas conexões socioculturais que aferimos enquanto sujeitos em sociedade e participantes de processos múltiplos. Mas é o ciberespaço que oferece uma potente ferramenta para dialogar com pessoas de qualquer parte do planeta, estabelecendo uma aproximação nas trocas simbólicas de diversos povos, percorrendo territórios que vão do público ao privado. A conversação, na maioria das situações, é a construção de uma comunicação própria a um universo cultural específico e torna-se ferramenta de poder, identitária de conhecimento e fortalecimento de grupos.

Como avalia Castells (2013, p.11) a apropriação das tecnologias de comunicação na era digital amplia o alcance das mensagens atingindo todos os níveis da vida social, “numa rede que é simultaneamente global e local, genérica e personalizada, num padrão em constante mudança”. Nesse universo digital é possível a transformação das mensagens e formas constantemente de acordo com o projeto dos atores e em seu benefício, é uma “autocomunicação” decidida de modo autônomo por eles de acordo com seus interesses estratégicos. Isso cria mecanismos de comunicação, para além da produção de conteúdo, que podem ser compartilhados em diferentes redes – da comunicação de massa, da política e da economia, da ciência, e das produções culturais. E, como afirma o sociólogo, “as redes de comunicação são fontes decisivas de poder” que possibilitam articulações e posicionamentos

em diferentes níveis para “abrir um novo espaço público que não se limite à internet, mas se torne visível nos lugares da vida social” (CASTELLS, 2013, p.12-15).

Essa configuração contemporânea em que as expressões culturais e movimentos sociais ocupam espaços públicos icônicos como grandes avenidas, estádios esportivos, arenas culturais, igrejas/catedrais, praças e parques, cemitérios, demarcam o poder simbólico e social que o movimento representa. Todo o arcabouço de conhecimento, todo o percurso histórico, a singularidade das expressões apresentadas têm papel preponderante na formação de uma diversidade cultural única. Uma sociedade em rede com uma audiência ativa, promotora de sujeitos atuantes que interpretam e definem os tipos de relações, de produções e de manifestações condizentes às demandas de seus interlocutores.⁴⁰

Nas redes sociais vividas e digitais a diversidade cultural é configurada, ou seja, as manifestações humanas acontecem em sociedade interligando indivíduos, oferecendo diferentes conexões com grupos e agentes de localidades e tempos diversos. A diversidade é delineada pela coexistência de redes sociais que, por sua vez, estabelecem redes comunicativas interpessoais e globais (engloba as mídias tradicionais e massivas e as tecnologias de informação e comunicação), para uma atuação que leve ao reconhecimento cultural, patrimonial.

A diversidade cultural é objeto de reconhecimento nacional e internacional por muitos governos e entidades, como tem feito a UNESCO em seus relatórios: “Nossa Diversidade Criadora”, Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento – UNESCO (1997), propondo uma nova relação do tema com os programas de desenvolvimento das nações. Reforça essas ideias em 1998 no “Plano de Ação” que inclui a política cultural como fator condicionante para se alcançar este desenvolvimento. Depois, em 2001, na Declaração Universal sobre a diversidade cultural”, coloca a cultura como um direito dos povos e condição indispensável das políticas desenhadas para promover o diálogo intercultural. E em 2003, no relatório “Investir na Diversidade Cultural”, apresenta cinco vetores da Diversidade Cultural que podem basear o reconhecimento da cultura como patrimônio: a língua, a educação, a comunicação e conteúdos culturais, a criatividade e a economia sustentável, e os direitos humanos. Em 2018 apresenta o relatório “Repensar as Políticas Culturais”, um documento fundamental para fiscalizar e garantir a aplicação das diretrizes da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais de 2005.

⁴⁰ Esses conceitos de ativismo cultural das audiências, audiência ativa, líder de opinião, líder ativista, ativismo midiático foram bem desenvolvidos nos trabalhos de J. Dowling (2002), L. Beltrão (1971), O. Trigueiro (2008).

No que se refere à comunicação, é importante destacar o que o relatório de 2005 da UNESCO considera a cerca de um processo franco de formação de uma “aldeia global”, em que os meios de comunicação de massa assim como os livros, a internet e inúmeros de dispositivos digitais, “contribui para aumentar a visibilidade da diversidade cultural e para formar os nossos gostos, os nossos valores e a nossa concepção do mundo”. Mas, segundo o relatório da UNESCO é fundamental avaliarmos a veracidade que esses meios trazem da realidade e das complexas relações que compõem a diversidade cultural. E questiona o efetivo espaço destinado à ocupação por essa diversidade no sentido de oportunizar sua participação e construir um diálogo intercultural e “permitir a expressão de vozes diferentes, também se verifica que as assimetrias correspondentes à exclusão digital continuam a restringir as possibilidades de um verdadeiro intercâmbio cultural” (2005, p.20).

A configuração cultural contemporâneo intensifica a importância dos patrimônios culturais como recurso de inclusão e reconhecimento, conferindo-lhes poder de adaptabilidade para suprir necessidades momentâneas ou históricas. É justamente por isso que documentos como os da UNESCO e Políticas Públicas de promoção e preservação cultural são extremamente relevantes, desdobrando-se em estratégias que envolvem setores de formação/capacitação, divulgação, proteção e promoção. Nesse sentido, a ideia de patrimônio traz consigo valores individuais e coletivos no que se refere aos aspectos identitários, históricos e comerciais; e, é por isso que o patrimônio cultural representa um “recurso para promover a inclusão social, para requalificar centros urbanos, para estimular a geração de emprego e renda etc. Recurso, enfim, para ativar políticas que se ocupam do desenvolvimento”. (YUDICE, 2004, p.73)

A compreensão do arcabouço patrimonial é um processo de folkcomunicação em que há a transmissão de ideias e valores que estão diretamente ligados ao grupo em uma linguagem, peculiar aos participantes do processo, que auxilia na constituição e permanência da manifestação cultural (BELTRÃO, 2001). O patrimônio cultural de um povo é a transmissão do conhecimento por meios próprios a cada grupo e passa pela recuperação de sua memória em aspectos que formam sua identidade. Esse patrimônio cultural e essa identidade são formadas pelo conjunto de saberes, fazeres, expressões, práticas e produtos nas redes culturais comunicativas. O reconhecimento, transmissão interpessoal e divulgação em redes sociais vividas ou virtuais são próprios ao processo da preservação do patrimônio cultural. Isso, inclusive, promove o fortalecimento do pertencimento de indivíduos a uma sociedade, a um grupo, ou a um lugar e estimula o seu protagonismo. (SCHMIDT, 2016)

Esse cabedal de conhecimento é transmitido em suportes familiares aos grupos (folkmídia) como em causos, lendas, receitas, músicas, danças, artesanatos, religiosidade,

festas, vestimentas, valores comunitários. Essas expressões culturais tomam maior visibilidade e continuidade quando protagonizada por atores sociais que assumem sua importância para o contexto em que se inserem, seja para reconhecimento histórico, seja para integração social, seja para retornos econômicos. São bens culturais de relevância social e política para a comunidade; e, a transmissão desse patrimônio estimulada pelo ator (líder folk) em processos folkcomunicacionais leva ao fortalecimento da localidade. (SCHMIDT, 2006)

Nossa atenção nessa reflexão, portanto, está voltada aos atores e processos de comunicação acerca de seus patrimônios culturais materiais e imateriais. Atores esses originários nos processos da cultura popular, onde vamos identificar as formas de comunicação e a diversidade cultural presentes em seus produtos culturais, retomando e atualizando as mesmas preocupações de Luiz Beltrão para entender como ocorrem os processos comunicacionais nos grupos populares urbanos, à margem dos processos hegemônicos, a partir das redes sociais nas quais estão inseridos.

A identificação dos atores sociais (artista, ONG, irmandade, grupo cultural), a expressão cultural a qual pertencem ou representam, as redes sociais em que se inserem, os processos de comunicação utilizados, são fundamentais para a criação de mecanismos para o reconhecimento cultural (ativismos, mediações, políticas públicas).

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

O cenário que se configura nos últimos quatro anos, se inscreve com a intensificação das pressões globais e políticas recessivas decorrentes da crise mundial do capitalismo, agravados em 2020 com a pandemia do novo coronavírus. Amplamente divulgada e evidenciada, a falta de compromisso social das gestões públicas aderindo a uma agenda de desestruturação do Estado, os atores governamentais têm dado ênfase às proposições neoliberais.

Do outro lado, os atores sociais em movimentos sócio-políticos se desdobram mundialmente, em atendimento a demandas internas e externas para que sejam resguardadas as vidas (saúde), a diversidade em todos os aspectos, e a dignidade humana com a formação de uma cultura de tolerância e da paz. São uma infinidade de grupos de resistência e pressão para sustentação de Políticas Públicas em um contexto de democracia decadente para a manutenção de um Estado de Direito.

No Brasil, particularmente no governo atual do presidente Jair Bolsonaro, está em processo, depois do acintoso desmonte do Ministério da Cultura e suas secretarias e órgãos, o



redefolkcom



corte drástico de verbas, contingenciamentos, bloqueios e suspensão de leis de fomento e incentivo. Estas medidas têm levado ao fechamento de instituições culturais e descaracterizando espaços de memória. Exemplo disso é o que tem ocorrido na cidade de São Paulo onde as três instâncias de poder (Federal – liderado pelo presidente Jair Bolsonaro, Estadual – com o governador João Dória e Municipal – no prefeito Bruno Covas) vão rompendo aceleradamente os mecanismos de articulação e diálogo com os setores culturais e de reconhecimento de patrimônios, panorama que circunscreve-se de modo dramático com cortes de verbas, privatizações, fechamento de setores públicos de atendimento, fomento, e “tombamento”. (FOLHA DE SP, 2019a)

Somado a isso, os governos fazem desestruturações, setorizações, e nomeações de pessoas tecnicamente desqualificadas para assumirem pastas e diretorias, oriundos de movimentos religiosos e grupos conservadores extremistas contrários à diversidade e a livre expressão artística e cultural; a exemplo do que ocorre com o IPHAN, com a Fundação Palmares, e com a Secretaria Especial da Cultura. No que se refere diretamente ao reconhecimento e salvaguarda de patrimônio, tem sido publicado nos principais jornais do país e em meios internacionais todas as arbitrariedades em relação ao IPHAN(Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que em 2020 completou 83 anos, e que está sendo desestruturado. (FOLHA DE SP, 2019b)

Conforme Lia Calabre, “o projeto de destruição de todos mecanismos de apoio do governo federal à cultura segue firme em curso, é como se não houvesse urgência, fome e desemprego grave na área” (2020, p. 4). De acordo com a especialista uma articulação em benefício desse segmento requer o envolvimento de toda a sociedade civil, pois

O setor artístico-cultural é extremamente diverso e complexo. Há extensas cadeias produtivas no processo de elaboração de produtos culturais. Há o envolvimento de inúmeros elementos nas múltiplas atividades culturais comunitárias. Há uma série de produtos culturais de elaboração solitária, assim como aqueles que só podem existir na produção coletiva. Há saberes, experimentações, reconhecimentos, celebrações, que compõem a diversidade do setor. Isso sem deixar de falar nos espaços dedicados às atividades artísticas e culturais, que vão desde os teatros mais estruturados aos pontos de cultura nas comunidades periféricas. (2020, p. 6)

Esse cenário complexo, nas mãos de um governo de desmonte, é agravado por uma crise econômica generalizada provocada pela pandemia do novo coronavírus. As ações governamentais de desmantelamento foram acentuadas e camufladas; uma destruição justificada por outros aspectos emergentes e limitações orçamentárias. No que se refere ao contexto produtivo, as atividades de cultura e arte foram as primeiras a serem suspensas e

fechadas na pandemia e, conforme avaliam os especialistas, serão uma das últimas a serem retomadas. (JORNAL DA USP, 2019 e CALABRE, 2020)

Foi preciso criar uma representação coletiva para forçar um agendamento midiático e político para obter “socorro” do Estado, pois esse se mostrou inerte em relação a dramática situação dos produtores culturais. Os movimentos e grupos ligados aos setores culturais se mobilizaram para estabelecer um diálogo inicialmente com parlamentares, e depois descendo às instâncias estaduais e municipais, para demarcar a complexidade do segmento e conseguirem aprovação de uma lei “ com alto grau de abrangência” que recebeu o nome de Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc.

O Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura, o Fórum de Conselhos Estaduais e Municipais de Cultura, a Rede Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, entre outros, iniciaram um intenso diálogo com os parlamentares em busca de soluções, de medidas legais que garantissem um nível mínimo de renda que permitisse a sobrevivência aos tempos de pandemia. (CALABRE, 2020, p.8)

Importante salientar que a produção cultural em toda sua complexidade compreendem um setor que corresponde em média a 2,5% do PIB, equivalente a 170 bilhões de reais, conforme dados da Secretaria da Economia Criativa do extinto Ministério da Cultura e a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) .Esse segmento ocupava, em 2018, mais de cinco milhões de pessoas, entre formais e informais, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), representando 5,7% do total de ocupados no Brasil. (IBGE e FIRJAN, 2019)

Em termos empresariais, pesquisas consideram que a participação enquanto pessoa jurídica representou (englobando desde o artesanato, manifestações e festas populares até o mercado audiovisual e publicitário), em 2017, 223.400 empresas ligadas ao setor cultural. Essas geraram uma receita líquida de aproximadamente 539 bilhões de reais, e mantiveram com vínculo formal mais de 1,7 milhão de pessoas. (EL PAÍS, 2019)

É nessa arena que os atores sociais, como vimos acima, têm sido os responsáveis por traçar os caminhos no cenário político-social e gerar tensões de convergência e resistência para manter projetos em andamento, como Pontos de Cultura, Festas Populares religiosas e não religiosas – procissões, carnavais de rua, festivais de músicas de raiz, cordelistas, artesãos, etc (NERY, 2017). A atuação desses protagonistas estimula a redescoberta dos “saberes e fazeres” múltiplos como potenciais para o desenvolvimento local, fortalecendo as comunidades a permanecerem ativas nas manifestações. Esses atores também facilitam a identificação de necessidades coletivas que, por outro lado, requerem o aprimoramento das expressões culturais

na arena política. Tudo isso tem intensificado e aproximado os grupos sociais ao poder público, e resultado em desdobramentos importantes e afirmativos de muitos segmentos e nichos.

Por isso, a importância em refletir sobre as configurações culturais sob a ação de atores, a fim de colher informações advindas dos segmentos minorizados e dos segmentos governamentais na compreensão do processo de relação, estruturação e proteção dos seus patrimônios. Pois, nesse presente momento, torna-se fundamental tarar de modo mais atento às demandas sociais que evidenciam as parcerias de grupos, entidades e instituições, com histórias compartilhadas, para que somem forças no campo das Políticas Públicas, do desenvolvimento local e de mídias orgânicas para a consolidação da cidadania e do encaminhamento da autonomia dos povos (TEITELBAUM, 2020).

3 APONTAMENTOS E PONDERAÇÕES

No contexto apresentado acima, os estudos folkcomunicacionais tornam-se importante instrumento para fundamentar uma reflexão sobre os patrimônios culturais. Ligados à prática dos grupos sociais, esse método permite uma leitura dos vários segmentos que compõem a sociedade, e localiza os atores em seus processos e relações. Tem a cultura como objeto, sendo que interessa mais particularmente os processos comunicacionais aí localizados.

Isso quer dizer que, Luiz Beltrão ao propor essa disciplina há mais de 50 anos, constatou que os diferentes grupos sociais rurais e urbanos transmitiam seus valores e se organizavam por meio de sua cultura e folclore. E, passou a sistematizar e descrever as diferentes manifestações populares em seus processos de comunicação interpessoal e transmissão de saber. Os estudos recentes continuam com essa metodologia abordando os modos culturais na arena global, o que contribui para subsidiar diversos estudos interdisciplinares de grupos científicos nacionais e internacionais, órgãos governamentais e instituições como a UNESCO. (SCHMIDT, 2006)

Uma reflexão das expressões culturais e seus agentes, e como ocorre a comunicação, contempla a diversidade cultural abrangendo manifestações de grupos culturais de diferentes etnias, gêneros, segmentos. O estudo desses grupos implica em reconhecer a importância da produção cultural expressa por estes de modo a revelar seus conhecimentos, saberes, ideias e valores éticos e estéticos, modo de viver e se comunicar, métodos de produção, mediação e manifestação.

A perspectiva deste estudo no campo da Folkcomunicação pode ser encontrada em diferentes estudos, em outros momentos com pesquisas de abrangência nacional, como é o caso da Imagens Midiáticas do Natal (MELO e KUNSCH, 1998) e, também, em alguns dossiês da Revista Internacional de Folkcomunicação em que participei como autora/pesquisadora ou



redefolkcom



editora do volume. Exemplos são: "Folkcomunicação, povos e comunidades tradicionais" (RIF, 2020) "Folkcomunicação e políticas públicas" (RIF, 2017), Folkcom e ativismo (RIF, 2014), Festas juninas: cenários folkcomunicacionais (RIF, 2013), Sabores populares na mídia (RIF, 2012). As investigações partem da compreensão do contexto das manifestações, seu modo de articulação intergrupar até envolver instituições (Igreja, Meios de Comunicação de massa, ONGs, empresas de produção cultural, poder público), à identificação dos atores, e a análise de manifestação cultural/patrimônio enquanto processo folkcomunicacional.

Em nossas pesquisas anteriores, desenvolvidas conjuntamente com a Rede Folkcom, com a Cátedra Unesco/Metodista, ou com o Programa de Políticas Públicas da UMC, verificamos que por meio das manifestações culturais os grupos sociais estabelecem diferentes processos de informações mediante suas necessidades e características vivenciais. Esses processos se articulam em redes micro e macro estruturais, que apresentam características específicas e decorrentes desses processos, dando às manifestações culturais/patrimônios diferentes formas e diferentes significados (SCHMIDT, 2016; BELTRÃO, 2001 e MELO, 2008).

Constatamos que tais expressões sofreram adaptações aos *modos culturais* contemporâneos (CANCLINI, 2003 e HALL, 2008) por motivos muito marcantes como o impacto dos movimentos humanos antigos ou recentes (migrações e imigrações) de grupos étnicos, religiosos e outras diversidades; a presença marcante dos meios massivos de comunicação, apropriando linguagens ou sendo apropriados; as questões econômicas de mercantilização da cultura e da globalização da economia como um todo.

Outro fator identificado foi a prática crescente de grupos socioculturais em redes sociais digitais, moldando as expressões para o contexto da cibercultura que acabam fortalecendo práticas de folk ativismo. E, por fim, temos acompanhado a formação de novas redes sociais vividas organizadas espontânea ou institucionalmente, resultantes das provocações contemporâneas como: de um lado as crises políticas, a suspensão de direitos, impedimentos da livre expressão; e, de outro, a possibilidade de ações que resultam o empoderamento, inclusão e restauração/preservação (jovens, idosos, mulheres, LGBTI+, Quilombolas, músicos, artesãos, irmandades religiosas/festas, etc).

Nessa linha, nossos olhares voltam-se ultimamente para estudos que avaliam os atores e os processos comunicacionais nos quais eles se inserem, levando em conta as redes sociais que estabelecem e os vínculos de saberes e fazeres que proporcionam de modo a constituir aproximações institucionais e se posicionam com o poder público no sentido de induzir a formação de uma agenda midiática e de uma agenda pública. Além, claro, de como isso retorna

enquanto ação para o reconhecimento de suas expressões (ação entendida como ativismos, mediações, políticas públicas).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivenciar e documentar criticamente esses aspectos contemporâneos é o mesmo que pontuar os cruzamentos das redes sociais em que o tradicional e o moderno se mesclam. Autores como Beltrão, Canclini, Marques Melo, Hall, Schmidt, Benjamim, Pelegrini consideram que na América Latina as tradições ainda estão muito presentes, uma vez que a modernidade ainda não se instalou por completo e, ainda mais, o contexto globalizado aproxima e reconfigura expressões culturais impingindo novos significados. As mesclas, mudanças, encontros e reelaborações se dão em decorrência das demandas mercadológicas e sociais deste tempo atual, em que os grupos sociais adaptam seus saberes, seu processo de trabalho, suas produções, seu modo de viver e de atuar no mundo; frente às novas tecnologias, estéticas, valores sociais. Esse arcabouço constitui um patrimônio imaterial que elucida uma geografia cultural contemporânea dinâmica.

Outros estudiosos apontam para uma redefinição da dinâmica para a compreensão dos espaços de cultura, e das formas de atuação dos grupos, estabelecendo novas relações com o público, com as lideranças e com as localidades. Por conta disso, algumas referências culturais são substituídas e outras são atualizadas para garantir espaços institucionais e comerciais, e audiência. E, ainda, muitos grupos culturais, até então desconhecidos no panorama global, fluem presentes e atuantes com as novas tecnologias de informação, criando linguagens, propondo estéticas, produzindo conteúdos permeados pelas decorrências dos meios de comunicação de massa, e pelos mecanismos das culturas locais, regionais e globais que traduzem diferentes interesses.

Além disso, nesse contexto, autores como Beltrão, Schmidt, Trigueiro consideram que os atores sociais e/ou ativistas têm papel preponderante para a permanência das expressões culturais nas redes sociais vividas e virtuais, pois eles auxiliam os produtores culturais como mediadores na arena comunicacional massiva e na arena política. Os atores são os agentes de folk que estimulam uma comunicação em canais próprios ao grupo para oportunizar a apropriação dos bens culturais e reconhece-los patrimônio.

Repetindo o que foi dito acima, a atuação desses protagonistas estimula a redescoberta e o reconhecimento dos “saberes e fazeres” múltiplos como potenciais para o desenvolvimento local, fortalecendo as comunidades a permanecerem ativas nas manifestações. Esses atores também facilitam a identificação de necessidades coletivas que, por outro lado, requerem o

aprimoramento das expressões culturais na arena política. Tudo isso tem intensificado e aproximado os grupos sociais ao poder público, e resultado em desdobramentos importantes e afirmativos de muitos segmentos e nichos.

E, sobretudo, nesse exato momento de crise acentuada pela suspensão de políticas culturais e de pandemia pelo coronavírus, esses atores podem ser os protagonistas de ações (ativismos, mediações, políticas públicas) para o alcance de mecanismos de sobrevivência, resistência e transformação desse cenário.

REFERÊNCIAS

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação**: um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de idéias. POA/RS: Edipucrs, 2001.

CALABRE, Lia. **A arte e a cultura em tempos de pandemia: os vários vírus que nos assolam**. São Paulo/USP: Revista Extraprensa, agosto/2020. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/170903/162824>. Acesso em 19/11/2020.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4ª Edição. São Paulo: Edusp, 2004.

CANCLINI, Nestor G. (Coordenação Acadêmica). **Culturas da Ibero-América**: Diagnósticos e propostas para seu desenvolvimento. São Paulo: Moderna, 2003.

CASTELLS, Manuel. **O poder da Comunicação**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

CASTELLS, Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013b.

CASTELLS, **Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2013a.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural: O Direito A Cultura**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CUÉLLAR, Javier Pérez (org.). **Nossa Diversidade Criadora**: relatório da comissão mundial de cultura e desenvolvimento. Campinas/SP: Papirus, Brasília: Unesco, 1997.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

EL PAÍS. OLIVEIRA, Joana. Sob ataque de Bolsonaro, Cultura defende seu impacto na economia com receita de 170 bilhões de reais. Disponível em <https://brasil.elpais.com/cultura/2019-12-27/sob-ataque-de-bolsonaro-cultura-defende-seu-impacto-na-economia-com-receita-de-170-bilhoes-de-reais.html>). Acesso em 05/01/2021.

FOLHA DE SP. BONDUKI, Nabil. O desmonte do patrimônio cultural une Bolsonaro, Dória e Covas. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/nabil-bonduki/2020/12/o-desmonte-do-patrimonio-cultural-une-bolsonaro-doria-e-covas.shtml>. Acesso em 06/01/2021.



redefolkcom



FOLHA DE SP. FERREIRA, Juca. Patrimônios culturais sofrem desmonte silencioso, diz ex-ministro. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/10/patrimonios-culturais-sofrem-desmonte-silencioso-diz-ex-ministro.shtml>. Acesso em 06/01/2021.

GADINI, Sérgio Luiz e WOITOWICZ, Karina (Orgs.). **Noções básicas de Folkcomunicação**: uma introdução aos principais termos, conceitos e expressões. PR: Editora UEPG, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na pós-modernidade**. 10ª. Edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2008.

JORNAL DA USP. Estamos vivendo o desmonte total das instituições. Disponível em <https://jornal.usp.br/cultura/estamos-vivendo-o-desmonte-total-das-instituicoes-da-cultura/06/12/2019>. Acesso em 09/01/2021.

MELO, José Marques de. **Mídia e cultura popular**: história, taxionomia e metodologia da folkcomunicação. São Paulo: Paulus, 2008.

MELO, José Marques de e KUNSCH, Waldemar Luiz. **De Belém à Bagé: imagens midiáticas do natal brasileiro**. UESP: Cátedra UNESCO/Umesp, 1998.

Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura. **Relatório Global da UNESCO: Repensar as Políticas Culturais**. Publicações da Representação da UNESCO no Brasil, 2018.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Relatório Mundial da UNESCO: Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural**. Paris/França: ONU, 2005.

NERY, Djalma. **Vem aí o desmonte dos pontos de cultura?** Disponível em (<https://outraspalavras.net/djalmanery/2017/02/28/projeto-de-pontos-de-cultura-de-sao-carlos-e-interrompido-unilateralmente-pelo-minc-anuncio-de-um-desmonte-estadual-em-sp/>). Acesso em 9/01/2021.

REVISTA INTERNACIONAL DE FOLKCOMUNICAÇÃO. **v. 18, n. 40 (2020): (jan./jun. 2020): "Folkcomunicação, povos e comunidades tradicionais"**. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/folkcom/issue/archive>. Acesso em 03 de maio de 2021.

REVISTA INTERNACIONAL DE FOLKCOMUNICAÇÃO. **v. 15, n. 34: (jan./jun. 2017): "Folkcomunicação e políticas públicas"** Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/folkcom/issue/archive>. Acesso em 03 de maio de 2021.

REVISTA INTERNACIONAL DE FOLKCOMUNICAÇÃO. **v. 12, n. 26: (maio/ago. 2014): "Folkcomunicação e ativismo"**. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/folkcom/issue/archive>. Acesso em 03 de maio de 2021.

REVISTA INTERNACIONAL DE FOLKCOMUNICAÇÃO. **v. 11, n. 23: (maio/ago. 2013): "Festas juninas: Cenários folkcomunicacionais"** Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/folkcom/issue/archive>. Acesso em 03 de maio de 2021.



redefolkcom

XX Conferência Brasileira de Folkcomunicação

São Luís, 29 e 30 de junho, 01 e 02 de julho de 2021 - UFMA

Página 77 de 806



REVISTA INTERNACIONAL DE FOLKCOMUNICAÇÃO. [v. 10, n. 20: \(maio/ago. 2012\): “Sabores populares na mídia”](#) Disponível em:
<https://revistas.uepg.br/index.php/folkcom/issue/archive>. Acesso em 03 de maio de 2021.

SCHMIDT, Cristina (ORG.). **Folkcomunicação na Arena Global: avanços teóricos e metodológicos**. São Paulo: Ductor, 2006.

SCHMIDT, Cristina. **As Redes culturais na festa de Na. Sa. Achiropita: conexões folkcomunicacionais, mutabilidade cultural e ação local**. Revista Internacional de Folkcomunicação, Ponta Grossa, v. 14, n. 32, Maio/agosto 2016. Ponta Grossa, PR: PPG Jornalismo UEPG, 2016.

SCHMIDT, Cristina. **Folkmídia: da resistência à coexistência**. (IN) MELO, José Marques de; GOBBI, Maria Cristina; SATHLER, Luciano (orgs). *Mídia Cidadã, utopia brasileira*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006.

SCHMIDT, Cristina. **Redes culturais comunicativas: Mídia e políticas culturais para o desenvolvimento regional**. Relatório Final de Estágio Pós-doutoral no Programa de Pós-Doutorado da Cátedra UNESCO/UMESP de Comunicação para o Desenvolvimento Regional. São Bernanrdo do Campo-SP: 2015.

TEITELBAUM, B. R. **Guerra pela eternidade - o retorno do tradicionalismo e a ascensão da direita populista**. São Paulo: Ed. Unicamp, 2020.

TRIGUEIRO, Osvaldo M. **Folkcomunicação e Ativismo Midiático**. Ano: 2008. João Pessoa-PA: Editora UFPB, 2008.

YÚDICE, G. **A conveniência da cultura – usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: UFMG